

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: CENÁRIOS E CENTRALIDADE HISTÓRICA

Early childhood education in Brazil: scenarios and historical centrality

Meira Chaves Pereira –UNESP*

Resumo: No Brasil a educação infantil tem uma trajetória permeada por grandes transformações desde as primeiras estratégias de implantação. Inicialmente termos como atendimento a criança, assistência ao menor, escolas maternas, eram utilizados para identificar essa faixa etária (CAMPOS, ROSEMBERG e FERREIRA, 1993), e a partir da aceitação da criança como sujeito de direitos garantidos por lei, tem a inserção dessa faixa etária na educação básica e assim houve a necessidade em criar uma nomenclatura para diferenciar o atendimento das crianças pequenas de modo a diminuir os problemas de definição dessa etapa. E assim, aos poucos, o atendimento a criança passa de uma visão assistencialista para uma visão pedagógico e educativo. As políticas de efetivação da educação infantil (LDBEN 9394/96; LEI 12796/2013) ainda são recentes o que acarreta numa área ainda em fase de efetivação, e isto requer atenção e cautela para pensar em tempos e espaços para este campo.

Palavras-chave: Educação infantil. Políticas Públicas. Criança pequena.

Abstract: In Brazil, early childhood education has a trajectory permeated by major transformations since the first implementation strategies. Initially terms such as childcare, childcare, maternal schools, were used to identify this age group (CAMPOS, ROSEMBERG and FERREIRA, 1993), and from the acceptance of the child as a subject of rights guaranteed by law, has the insertion of this age group in basic education and thus there was a need to create a nomenclature to differentiate the care of young children in order to reduce the problems of defining this stage. And so, gradually, the care of the child goes from a care-taker vision to a pedagogical and educational vision. The policies for the implementation of early childhood education (LDBEN 9394/96; LEI 12796/2013) are still recent what it entails in an area still in the process of being effective, and this requires attention and caution to think about times and spaces for this field.

Keywords: Early childhood education. Public Policy. Small child.

INTRODUÇÃO

Atualmente a educação básica tem sido palco de discussões, essas discussões se tornaram mais intensas após a sua reorganização com a promulgação da Lei 12.796 de 13 de abril de 2013. Essa alteração já era prevista na Emenda Constitucional 59 de 11 de novembro de 2009, em que previa a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos. Com isso a educação infantil torna-se obrigatória a partir dos 4 anos.

Desde então, essa nova organização requer por parte dos sistemas educacionais um olhar mais atento acerca da educação para a primeira infância. Junto a isso, a formação continuada dos professores atuantes nessa etapa também é assegurada perante às políticas de educação básica.

Deste modo, o interesse em investigar essa temática parte da minha experiência como professora e pesquisadora da educação infantil, de observações e leituras sistemáticas sobre a educação básica e a formação continuada de professores, mobilizadas pelo curso de especialização em Educação Básica, na especialidade de Educação Infantil. Esse conjunto desencadeou a elaboração e o aprofundamento de leituras pertinentes que ajudaram a delimitar o foco da pesquisa.

Enquanto professora atuante minhas percepções acerca da formação continuada na pós-graduação eram incessantes. A realização do curso de especialização em Educação Infantil me ajudou a

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Campus Rio Claro/SP. UNESP/RC. E-mail: meira.chaves@gmail.com.



constituir campos de interesse, o que eu queria como docente, quais caminhos minha formação profissional iria seguir, quais temáticas de pesquisa eu desejava me aprofundar. Deste modo, fui delineando meus caminhos e pesquisa, mais especificamente formação docente e educação infantil. Nessa perspectiva, a formação do professor de educação infantil é um aspecto primordial, uma base de conhecimentos capazes de proporcionar o suporte necessários que a criança requer.

EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCORRENDO CONTEXTOS

A educação infantil ao longo dos tempos perpassou por uma longa trajetória, o olhar para a criança pequena, a conquista de direitos, de atendimento, de garantias por parte das políticas públicas ocorreu a partir de debates e estudos, que começaram a perceber a criança como sujeito histórico e de direitos, e, portanto, vários partícipes da sociedade, com o direito de ser vista e entendida nas suas singularidades. A história do atendimento à criança no Brasil precede a história da educação infantil.

A educação da criança, a partir do ponto de vista histórico ficou sob a responsabilidade da família por muitos séculos, nessa direção Paschoal e Machado (2008) argumentam que por meio do convívio com a família, das pessoas mais velhas, as crianças aprendiam sobre as tradições, a estrutura social, as regras de convívio e as tradições culturais. Na atualidade a criança possui o direito de frequentar uma instituição de educação infantil, de conviver e aprender novos saberes sob diversos aspectos, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

No Brasil o atendimento à criança, neste caso filho de indígenas, de colonos, ocorre a com a chegada dos padres jesuítas, que formavam a Companhia de Jesus¹ em 1549 e junto a eles a colonização do Brasil. Ferreira Junior e Bittar (2000) argumentam que:

Investigar o fomento da educação infantil no período colonial, portanto, significa desvelar aspectos importantes da própria formação econômica brasileira. Esta afirmação ganha sua verdadeira dimensão quando nos deparamos com o papel econômico cultural e político que a Companhia de Jesus desempenhou no processo de consolidação do sistema colonial português, pois, em quase 500 anos de nossa história os jesuítas detiveram o monopólio educacional por 200 anos (1549-1759). (p. 2).

Os jesuítas por um longo período estiveram à frente das questões educacionais do país influenciando diversos aspectos do desenvolvimento econômico, social e cultural da época. Os espaços de primeiras letras eram organizados nas sedes das fazendas da Companhia de Jesus, segundo Shigunov Neto e Maciel (2008) a companhia tinha como objetivo a evangelização e catequização das pessoas, propagando a fé católica em nome de Jesus, cujo princípios básicos eram organizados em:

1) a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal de seus membros. São esses princípios que eram rigorosamente aceitos e postos em prática por seus membros, que tornaram a Companhia de Jesus uma poderosa e eficiente congregação. (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p.173).

¹ A Companhia de Jesus foi aprovada pelo Papa Paulo III em 1540. Composta por membros dessa ordem e adeptos sua principal ênfase era propagar a fé católica. A data de sua chegada ao Brasil deu-se no ano de 1549, tendo Tomé de Sousa como primeiro governador Geral na colônia. A liderança da Companhia de Jesus estava ao encargo do Padre Manoel da Nobrega, desafiado por condições adversas: falta de dinheiro e recursos para a sobrevivência da expedição e educação das crianças indígenas. A despeito disso, Shigunov Neto e Maciel (2008) argumentam que: "Os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, em parte em função de seus princípios fundamentais, que eram a busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros". (p.171).

Entretanto, o projeto educacional jesuítico não se restringia apenas a catequização e evangelização, apresentava-se de modo mais amplo, com a proposta de transformação social, pois tinha como propósito modificar na cultura indígena, introduzindo a cultura para a "salvação das almas". Os jesuítas percebiam a infância como expressão da imagem de Jesus Cristo, filho de Deus, portanto, o seu trabalho seria o de recuperar tal imagem perdida pela presença do pecado, afastamento e esquecimento de tal imagem. Aos indígenas segundo Shigunov Neto e Maciel (2008) o trabalho de catequização visava a transformação do índio em um homem civilizado segundo os padrões da cultura dos países europeus do século XVI, enquanto os filhos de colonizadores aprendiam a ler, escrever e contar e, assim pudessem estudar na Universidade de Coimbra em Portugal para cursar letras, ciência e filosofia. Muitos destes seguiam a carreira religiosa. Para a criança negra não se ofertava nenhum tipo de educação, (COSTA, 2013).

A desigualdade de classes sociais e oportunidades prevaleciam. A criança branca e a criança negra apesar do convívio, era ensinado a criança branca sua superioridade sob a criança negra, e esta atuava como um brinquedo para os filhos dos senhores. Leite (2000) destaca que o convívio da criança com os seus senhores se iniciava quando ainda eram pequenos. Acreditava-se que unindo ao seu dono desde a infância poderiam assegurar-lhes a fidelidade, essas participavam de folguedos e atividade em que aos poucos a criança escrava estabelecia uma relação de familiaridade forçosa e, logo, o senhor lhe daria ordens e esta a obedeceria. Ao passo que a criança escrava crescia era inserida no trabalho, aos poucos realizando pequenas tarefas que traziam retorno ao seu senhor e que lhe servia como pagamento ao investimento que havia feito ao criá-la.

Nessa época (por volta de 1500) a criança não possuía direitos, logo, a infância era um tempo muito curto, sendo a criança inserida ao mundo do trabalho por volta dos sete anos de idade. Eram negados a criança o direito de convívio com a família, moradia, saúde e educação. Sem amparo legal a infância, esse período, se destacou por inúmeros casos de abandono de crianças, que aumentaram significativamente, procedentes de escravos, filhos fora do casamento e crianças pobres. Sendo assim, houve a necessidade de se pensar em um local para atendimento e proteção dessas crianças. A criação das instituições de educação infantil no Brasil ganhou contornos próprios, mas com influências do contexto internacional.

Para Kuhlmann Jr. "[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam. Mas a interação de temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens (2001, p. 81)". Objeto que será desenvolvido nas seções seguintes.

CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL ATÉ O INÍCIO DA REPÚBLICA

A partir do processo de colonização brasileira percebe-se as primeiras ações relacionadas ao cuidado com a criança das classes menos desfavorecidas. Essas ações visavam o atendimento às crianças abandonadas e esse atendimento se materializava como "caridade" (MARCILIO, 1997 *apud* REAL, 2000). Devido ao crescente número dessas crianças, o movimento jesuítico católico respaldado no modelo português cujo custo era arcado a partir de doações da monarquia ou de terceiros cria-se então "[...] a primeira instituição de atendimento no Brasil a 'Roda dos expostos' no ano de 1726, sendo a primeira em Salvador depois se estendendo para outras localidades" (IDEM, p. 41).

A Roda dos expostos² foi a principal instituição que oferecia atendimento as crianças naquela época, o objetivo era oferecer assistência à criança, chegando a um total de 18 instituições no país e onde não havia regulamentação, as Câmaras municipais assumiam a responsabilidade por essas instituições. Segundo Aquino:

A roda dos expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança, a menos que trouxesse consigo um bilhete –

² "Roda dos Expostos" ou "Roda" criada por Romão Duarte em 1739 cujo objetivo era abrigar almas inocentes que tivessem sido abandonadas, enjeitadas ou desamparadas. Também conhecida como "casa de expostos" ou "Casa dos Enjeitados" (KRAMER, 2003).

o que era muito comum – que informava à rodeira de que o bebê já estava batizado. No caso de dúvida dos responsáveis pela instituição, a criança era novamente batizada. Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, só que antes da roda, as crianças eram abandonadas e supostamente assistidas pelas municipalidades, ou pela compaixão de quem as encontrava (2001, p. 31).

No entanto, como destacado por Marcílio (1997) as municipalidades raramente assumiam essa responsabilidade desses espaços formais de atendimento a criança, externos ao ambiente familiar, oferecidos em instituições filantrópicas que para Kuhlmann Jr. (1999) “[...] filantropia representa a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática denominada pela emoção por sentimento de simpatia e piedade” (p. 61).

O atendimento a essas crianças teve início no Brasil no final do século XIX, haja vista que antes desse período o atendimento a criança pequena praticamente não existia. A família como única responsável pela criança, nessa época era na zona rural que viviam a maior parte da população, muitas das crianças abandonadas eram frutos de exploração sexual da mulher negra e indígenas pelos senhores e na área urbana esses bebês eram recebidos na Roda dos expostos. Anterior a instalação da Primeira República (1889- 1930), segundo aponta Real (2000), alguns acontecimentos internos e externos influenciaram no novo contexto e na concepção de educação infantil, pois:

Estes acontecimentos possibilitaram modificações de várias ordens, sobretudo nos aspectos sociais, políticos e culturais ocasionados pelo Iluminismo europeu, que proporcionou a disseminação da importância da ciência e da técnica; pelos ideais da Revolução Francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade que já se faziam ressoar; e pelo modelo emergente de estado liberal, que se efetivou com o advento da República. O discurso estatal neste momento apregoava o jargão da criança herdeira do novo Brasil. (REAL, 2000, p. 41).

A partir dessa situação há um processo de mudança neste cenário, e entra em extinção a “Roda dos Expostos” incentivado por um grupo de médicos, juristas e higienistas esforçados a controlar os índices de mortalidade infantil e criminalidade. Logo, pensar a educação não como caridade, mas numa assistência científica como destacado por Kuhlmann Jr. (1998) com base nos aspectos de higiene, saúde e socialização cujo objetivo era de segundo estes era de uma sociedade moderna.

A realidade da educação infantil brasileira sofreu influências americana e europeia dos Kindergarten. Criado por Frederich Froebel, um pedagogo alemão, fundador do primeiro Jardim de Infância em 1837 na Alemanha. Para Froebel citado por Pereira (2015):

O termo jardim de infância está relacionado a educação, cujo jardineiro era o professor que deveria cultivar adequadamente os potenciais latentes em cada florzinha (as crianças) e para isso desperta-lhes as potencialidades por meio de contatos com a natureza, o lúdico e materiais apropriados. (p.158).

Froebel acreditava que o jardim de infância não era somente um espaço para recolhimento das crianças, mas, sim um espaço para o jogo, atividades infantis, a brincadeira, em grupo, sendo estes organizados por um professor especialista. Na perspectiva frobeliana estes eixos são considerados de suma importância, uma vez que aproximam o indivíduo do seu contexto. Essa instituição criada por Froebel se contrapõe às demais instituições da época, pois dispunha de uma proposta pedagógica que tinha como foco seu desenvolvimento integral e um currículo centrado na criança. Ainda que sofresse retaliação por parte do regime reacionário prussiano, a instituição frobeliana se espalhou rapidamente pela Europa como dito por Kuhlmann Jr. (2001):

O regime prussiano, que suprimiu a revolução liberal de 1848, proibiu os kindergartens em 1851, considerados centros de subversão política e ateísmo por sua visão não ortodoxa da religião, bem como facilitar e estimular o trabalho da mulher fora do lar e pela ideia de levar as características femininas para a esfera política (p.11).

As ideias de Froebel acerca dos jardins de infância se espalharam pelo mundo, e em diversas regiões foram criadas instituições de atendimento a crianças. Não necessariamente a educação infantil, mas já se caracterizava como uma forma de atendimento a infância. O primeiro jardim de infância no Brasil foi criado em 1875, no Rio de Janeiro, no entanto, a falta de recursos por parte do poder público fez com suas portas fossem fechadas. Enquanto o Brasil ensaiava a criação de suas instituições de atendimento à criança, em países europeus já havia creches desde o século XVIII e jardins de infância datados do século XIX e no Brasil essas instituições são do século XX. Kramer (2003) cita o discurso de Quintino Bocaiúva e a concepção de infância bem como as finalidades do Instituto a saber:

Preservar a infância da destruição a que a condena o desamparo dos cuidados de que ela carece é garantir à sociedade a permanência e a ascensão das vidas que não de ser o sustentáculo de sua estabilidade e os elementos do seu progresso e engrandecimento (p. 52)

No Brasil em 1899, segundo Kramer (2003), foi fundado por Arthur Moncorvo Filho³, o Instituto de Proteção e assistência à infância do Brasil, cuja sede era no Rio de Janeiro com os seguintes objetivos:

Atender os menores de oito anos, elaborar leis que regulassem a vida e saúde dos recém-nascidos, regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infâncias (p. 52).

Inicialmente caracterizada como Instituição filantrópica criada a partir de iniciativas privadas, mais tarde com apoio do governo Marechal Hermes da Fonseca que doou o terreno onde se construiu a sede da instituição, passando a ser reconhecido como instituição de utilidade pública em 1909. A criação deste instituto impulsionou uma certa movimentação acerca da criação de novas creches e jardins de infância, cujo objetivo segundo a autora era a união entre ciência e ideologia capitalista, além da realização de encontros e publicações.

Houve uma ampliação das atividades do instituto, como a realização de cursos, campanhas de vacinação, combate a epidemias, organização de festas para as famílias, multiplicação de maternidades, institutos de proteção à infância pelo Brasil, estudos acerca da mortalidade infantil e participação em congressos. Kramer (2003) traz um estudo detalhado acerca do atendimento a criança brasileira, neste estudo é possível notar que houve por parte das autoridades, que anteriormente pareciam inertes acerca da situação da infância no Brasil, agora demonstram uma preocupação (ainda que mínima) e a necessidade de oferecer atendimento a essa criança.

EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

Em 1919, a partir de iniciativas do Instituto de Proteção e assistência à infância do Brasil criou-se o Departamento da Criança no Brasil que mais tarde foi reconhecido como instituição de utilidade pública em 1920, sendo instalado no mesmo prédio do Instituto. Na mesma época, tendo em vista, a comemoração ao centenário da independência em 1922, foi organizado pelo Departamento da criança no Brasil o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI). Kuhlmann Jr. (2002) traz um estudo bem explanado acerca das atividades desenvolvidas nesse congresso, a partir desse estudo percebe-se que o final do século XIX e início XX se mostram como um marco para a educação na infância, desenvolvendo-se um discurso sobre o amadurecimento da sociedade moderna.

Para Hobsbawm (1988) citado por Kuhlmann Jr. (2002) essas mudanças são parte de um modelo geral de referência das instituições da estrutura do estado para uma sociedade avançada, e logo se

³Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) – foi um médico brasileiro, defensor da assistência médico-social a criança pobre, se solidarizou com a situação precária das crianças. Realizou grandes feitos em relação a proteção e higiene infantil. Foi fundador do "Instituto de Proteção e Assistência à Infância" a qual se destacou na época em questões de cuidado e assistência à criança pequena.

propaga no processo de transformação mundial que ocorreu na era dos Impérios, no período de 1870 a 1914. Considerando o núcleo europeu como centro do capital mundial, a influência norte-americana marca as relações internacionais após a segunda guerra mundial, que antes já se mostrava presente, agora um pouco mais acentuada, agora os cuidados com a infância se torna um aspecto a ser tratado como referência de uma nação moderna, com suas políticas sociais e instituições (IDEM).

O 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro, de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922, contava com a participação de pessoas da autônomas, Kramer (2003) aponta que o foco das discussões direta ou indiretamente, se relacionavam com a criança sendo este social, médico, pedagógico e higienista⁴, de modo amplo, as relações com a família, sociedade e estado. A partir dos pontos explanados pela autora, nessa época já é possível perceber um olhar mais específico acerca da infância como descrito no Regulamento do referente Congresso, artigo 1º:

A proteção à infância é um dever patriótico, uma obrigação nacional "...a santa causa da criança entrou positivamente nas cogitações dos estadistas e de todos que, em nossa pátria têm uma parcela de responsabilidade..." cuidar da criança é preparar o renascimento material e moral da humanidade a fim de promover a fraternidade universal (p. 298-300) citado por (KRAMER, 2003, p.54).

Diante do disposto percebe-se o descontentamento acerca do modo como a criança era vista, o olhar agora se volta para uma infância com mais proteção e passam a ver a criança como um ser do futuro, aquele que poderia mudar o futuro da sociedade, uma esperança de renovação da humanidade. O estado, a partir de ações iniciais acerca do reconhecimento da infância e do atendimento a criança pobre ou abandonada, conclui que havia a necessidade de proteger a criança de hoje para ser um bom homem no futuro e a necessidade de seu fortalecimento [do estado] (Kramer, 2003). A conexão entre esses dois pontos a criança e o estado são percebidos como:

Ao se valorizar a criança enquanto matriz do homem e redentora da pátria, essa criança era considerada como ser único, sem qualquer referência à classe social. Os problemas das crianças apareciam de forma homogeneizada, como se existisse uma criança fora do tempo (a histórica) e do espaço (com condições de vida invariáveis) (IDEM, p. 54).

A valorização e percepção da criança passa a ter um olhar mais atento como descrito em documentos oficiais da época ressaltando a necessidade do estado em lançar olhos protetores e cuidar da criança pobre. É notório que aos poucos as mudanças e o olhar do estado sob essa criança que antes era deixada à margem de suas preocupações se amplia, mas a ampliação do mesmo dava-se por conta da nova estruturação social e econômica na qual o Brasil e o mundo estavam inseridos. Tal atenção ainda se mostrava de modo superficial, ao passo que o olhar acerca da criança parecia se fortalecer, ainda que não se trouxesse à tona a discussão sobre os interesses de classes sociais e os conflitos a serem superados.

Nesse período, na década de 30, houve uma crescente discussão acerca da educação. Diversos movimentos impulsionaram as discussões em relação à educação, dentre eles o movimento da Escola Nova, composto por educadores que pregavam os ideais de uma escola para todos. Ao passo que a sociedade se apresentava em constante transformação na sua estrutura social, uma época em que o patriotismo demagógico e liberal se mostrava presente nos discursos de pedagogos e educadores. Com uma educação elitista, características do período colonial e imperialista (XAVIER et al., 1994).

A educação passa a ser vista como um meio de ascensão social, passando a ser considerada como direto de todas as crianças e mola propulsora para aliviar o país de sua herança histórica de atraso econômico. A dinâmica quanto a educação tornou-se mais efetiva, como destacado por Kramer

⁴ Sobre o higienismo ver Fernandes e Oliveira (2014). "O higienismo é uma corrente de pensamento que emerge no final do século XIX e que prevalece até os anos de 1950, trazendo um discurso sobre o equilíbrio das dimensões do indivíduo, tanto físico, intelectual e moral. Tem como principal objetivo educar para a saúde, com a finalidade de aumentar a expectativa de vida, através de melhores condições humanas.

(2003) e começam a se articular, em destaque os princípios da Escola Nova, que se fundamentavam na psicologia do desenvolvimento e que em países como Estados Unidos e Europa já apresentava um crescimento considerável. Nesta época a criança pequena era atendida nas instituições (públicas, privadas e confessionais), e tinham apenas cunho médico, sendo bem escassa as atividades com fins educacionais. Apesar dos discursos da Escola Nova não fazerem referências a década de 30 no Brasil, a pauta sobre a criança de zero a seis anos se mostrariam mais tarde, por meio da inserção da educação pré-escolar.

Assim, a medicalização da assistência à criança até seis anos, por um lado, e a psicologização do trabalho educativo, por outro lado, imbuídos de uma concepção abstrata de infância, foram a ênfase da etapa pré-1930. Além disso o surgimento de um Estado que se pretendia forte e autoritário acarretava uma maior preocupação com a massa de crianças brasileiras consideradas não aproveitadas. O atendimento sistemático às crianças significava uma possível utilização e cooptação destas em benefício do Estado, essa valorização da criança seria gradativamente acentuada nos anos pós-1930 (KRAMER, 2003, p. 3).

Com a influência dos Kindergarten, a concepção frobeliana de jardim de infância, o atendimento a criança de zero a seis anos, surgiu para atender os filhos da elite. Kishimoto (1990) cita a Escola Caetano de Campos que tinha um anexo, considerado o primeiro Jardim de Infância, com essa denominação, para atender a elite. Existia as creches e salas de asilo que acolhiam os filhos de operários, empregadas domésticas, crianças carentes e abandonadas cujo objetivo era meramente assistencialista. Deste modo, o jardim de infância reforçava a ideia de diferenciação entre classes sociais, entre o rico e o pobre.

A criança mais favorecida frequentava o jardim de infância, enquanto a criança pobre as salas chamadas de asilos e creche. Havia ainda contradições sobre a utilidade e importância desse tipo de atendimento à criança, visto que no país, o que imperava na época era o modelo de produção agrícola, época esta que exigia apenas a mão de obra masculina, enquanto a mulher se dedicava a casa e aos afazeres domésticos e a criação dos filhos, diferente de outros países que já inseria a mão de obra feminina nas grandes indústrias, no Brasil, isso se perdurou até 1930. Para Real (2000):

A modificação desse contexto ocorreu entre outras causas em virtude da crescente urbanização, consequência da industrialização e do êxodo rural, o que por sua vez contribuiu para um empobrecimento das condições de vida do trabalhador, que passou a exigir medidas existenciais. A creche dessa forma, fez parte de uma série de medidas implantadas pelo estado dentre as quais pautam-se: saneamento básico, transporte rodoviário urbano, habitação, saúde pública, creches e outras (p. 42).

Neste contexto, as mudanças políticas e econômicas contribuíram para que ocorresse as transformações no âmbito educacional. Deste modo, diversos órgãos foram criados como apontado por Costa (2013) órgão relacionados ao Ministério da Saúde, Justiça e Negócios Exteriores, da Previdência e Assistência Social e da Educação, cujo objetivo era a assistência infantil. A saber, em 1940 - Departamento Nacional da Criança interligado ao Ministério da Saúde, com objetivo de coordenar atividades relativas a proteção da infância, maternidade; 1941 - Serviço de Assistência a Menores de 18 anos; 1942 - Legião de Assistência; 1946 - Fundo das Nações Unidas para a infância - UNICEF; 1952 - a Organização Mundial de Educação Pré-escolar (OMEP) iniciando suas atividades no presente ano; 1972 - o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Essas instituições tinham o seu trabalho orientado pelo campo médico, por vezes responsabilizavam as famílias pelas situações em que as crianças se encontravam, desconsiderando as condições econômicas e sociais em que o país enfrentava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A explanação apresentada demonstra que as diversas ações acerca do atendimento e proteção à infância, aos poucos, nota-se uma pequena, mas, importante olhar para a criança de zero a seis anos, no entanto, esse olhar ainda é tido como assistencialista, a educação da criança pequena ainda

estava voltada para a saúde e higienista com a colaboração de órgãos privados, além disso como forma de prevenir a mortalidade infantil, pensava-se que todos os problemas da infância pudessem ser solucionados por estas instituições. Esse era o quadro da educação da infância no Brasil até a década de 70. O atendimento na perspectiva do cuidado e assistencialismo, o estado ainda aparecia como corresponsável, é notório a participação da iniciativa privada na criação de instituições e manutenção desse atendimento, visto que a percepção da infância como importante fase do desenvolvimento humano ainda não era percebido como algo importante.

Nessa perspectiva, no final da década de 70, a educação infantil entra em pauta nas reivindicações dos movimentos sociais cuja exigência era a luta por creches, e a participação do estado, na criação e manutenção dessas instituições. Para Dias (2007) a participação popular reivindicando seus interesses foi fundamental para que a mudança no modo de pensar o atendimento da criança pequena acontecesse. A participação consciente dos cidadãos nas reivindicações que visavam o reconhecimento e participação do poder público, essa participação individual ou coletiva, interveem de maneira consciente, visando a elaboração, implementação ou fiscalização das atividades para a educação da criança pequena. A partir de então a criança passa a ser percebida sob outra perspectiva, a criança é concebida como cidadã, como sujeito de direitos – mas ainda não de forma ampla, visto os contornos que emperram a consolidação de políticas públicas efetivas para a infância no Brasil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM E. D. STEYER V. E. *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado*. Ulbra, 2001.

AQUINO, L. M. L. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. Orientação curricular para a Educação Infantil: Referencial Curricular Nacional e Diretrizes Curriculares Nacionais. In *Educação da Infância: História e política*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

BRASIL. *Estatuto da criança e do Adolescente*. Brasília. Lei 8069, 13 de julho 1990. Constituição e Legislação relacionada. São Paulo. Cortez.

BRASIL. *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 julho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília. 1996a.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Imprensa Oficial, Brasília: 1988.

CAMPOS, M. M. ROSEMBERG, F. FERREIRA, I. M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

COSTA, M. L. P. *As práticas pedagógicas de professores da educação infantil no município de Santa Inês*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013.

DIAS, J. A. José Querino Ribeiro: a busca da teoria de administração Escolar. In: GARCIA, W. E. *Educadores Brasileiros do Século XX*. Brasília: Plano, 2007.

FERNANDES, P. D.; OLIVEIRA, K. K. S. D. Movimento higienista e o atendimento à criança. In: *Simpósio Regional Vozes Alternativas*, 2014. Disponível em: <https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

FERREIRA JR, A.; BITTAR. M. Educação jesuítica e crianças negras no brasil colonial. In *I congresso Brasileiro de História da Educação*, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/007armilioemarisa.pdf>. Acesso em 20/12/2016.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JR, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. (Orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-501.

KUHLMANN JR, M. Educação Infantil e Currículo. In FARIA. A.L.G, PALHARES. M. S. *Educação infantil pós LDB: rumos e desafios*. São Paulo: Autores Associados, 1999.

KUHLMANN JR, M. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, A.L.G de; PALHARES, M.S. (Orgs.). *Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios*. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

KUHLMANN JR, M. Ideias sobre a educação da infância no 1º congresso brasileiro de proteção à infância. Rio de Janeiro, 2002. *II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema 7/0749.pdf>. Acesso em 30/11/2016

KUHLMANN JR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR, M. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX início do século XX. In MONARCHA. C. *Educação da infância brasileira 1875 – 1983*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

LEITE, M. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil – 1726 – 1950. In: FREITAS, M C. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 51 – 76.

PASCHOAL, J. D; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.33, 2008.

PEREIRA, M. C. O pensamento pedagógico de Friedrich Froebel In: LIMA, P. G. *Fundamentos da Educação: recortes e discussões*. 1 ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015, v.4, p. 157-299.

REAL, G. C. M. *Educação Infantil: políticas públicas e ação institucional*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS. Campo Grande. 2000.

SIGUNOV NETO, A; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf> . Acesso em 23/12/2016.

XAVIER, M. E. S. P. et al. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

Recebido em: 10.01.2021

Aprovado em 10.04.2021